

## **CÉDULA RURAL PIGNORATÍCIA E HIPOTECÁRIA (Decreto-Lei nº 167/1967)**

Documentos necessários:

- ◆ Vias originais da Cédula de Crédito Rural Pignoratícia e Hipotecária, contendo a assinatura do emitente ou de representante com poderes especiais, admitida a assinatura sob a forma eletrônica, desde que garantida a identificação inequívoca de seu signatário.  
(Decreto-Lei nº 167/1967, artigo 25 e seguintes c/c Lei nº 13.986/2020 c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, artigo 556)
- ◆ Orçamento do crédito, assinado pelo financiado e autenticado pelo financiador, na hipótese em que a cédula faça menção expressa que a ela ficará vinculado. (Decreto-Lei nº 167/1967, artigo 3º, parágrafo único c/c artigo 25 e seguintes)
- ◆ CCIR/INCRA - Exercício atual, quitado, relativo ao imóvel rural objeto da garantia.  
(Lei nº 4.947/1996, artigo 22 c/c Lei nº 10.267/2001, artigo 1º c/c Decreto nº 4.449/2002, artigo 1º c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, artigo 510)
- ◆ Certidão Negativa de Débitos Relativos ao Imposto Territorial Rural – ITR, atualizada, relativo ao imóvel rural objeto da garantia.  
(Lei nº 9.393/1996, artigo 21 c/c Lei nº 10.267/2001, artigo 1º c/c Decreto nº 4.449/2002, artigo 1º c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, artigo 511)
- ◆ Se o emitente e/ou proprietário do imóvel dado em garantia for pessoa jurídica, apresentar:
  - a) Certidão Simplificada, atualizada em até 30 (trinta) dias, expedida pela Junta Comercial competente.  
(Decreto-Lei nº 167/1967, artigo 25 e seguintes c/c Lei nº 13.986/2020 c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, artigo 506 c/c artigo 502, § 2º, II, “d”)

## CONTINUAÇÃO:

- b) Fotocópias do Contrato Social e demais alterações contratuais, se houver, inclusive o último arquivamento na Junta Comercial.

(Decreto-Lei nº 167/1967, artigo 25 e seguintes c/c Lei nº 13.986/2020 c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, artigo 506)

- c) Fotocópias autenticadas dos Instrumentos de Procuração (se for o caso).

(Decreto-Lei nº 167/1967, artigo 25 e seguintes c/c Lei nº 13.986/2020 c/c Código de Normas do Foro Extrajudicial da Corregedoria-Geral da Justiça do Paraná, artigo 506)

*Importante ressaltar que, dependendo da análise técnica-jurídica do pedido ou de eventuais alterações legislativas, poderá ser necessária a complementação de documentos. Portanto, a presente listagem servirá como auxílio preliminar da documentação mínima, podendo não ser definitiva.*